

Três áreas em xeque

Relatório da comissão processante do Daer havia apontado problemas no programa O Estado na Estrada e em outras duas áreas.

DIOGO ZANATTA, ESPECIAL, BD, 26/10/2011



O programa O Estado na Estrada foi implementado no governo Yeda. Com previsão de manutenção de 2 mil quilômetros, totalizou cerca de R\$ 300 milhões.

SEM FISCALIZAÇÃO

O relatório diz que não houve por parte do Daer “interesse de que as obras fossem fiscalizadas”. Com apenas 48 fiscais, o Daer tem optado pela contratação de empresas para monitorar empreiteiras. Mas a supervisão do programa foi feita pela própria autarquia.

10 MM DE ASFALTO

O relatório aponta “diversas irregularidades” na execução da ERS-715 – Entroncamento da BR-116, em Camaquã, com Sentinela do Sul. Em alguns locais, o recapeamento “tinha espessuras muito delgadas, cerca de 10mm, não atendendo a espessura mínima de 25mm”.

MARIA AMÉLIA VARGAS, BD, 24/04/2011



A comissão detectou uma fraude na praça de Portão, onde esquema de isenções irregulares a veículos teria gerado prejuízo de R\$ 400 mil aos cofres do Estado.

A EMPRESA

A comissão recomendou que a Gussil (gestora do pedágio de Portão) seja declarada inidônea e receba multa equivalente a 10% do valor do contrato. Empregados da Gussil também se tornaram alvo de ações. Diz o relatório: “As irregularidades (...) são graves e permitem concluir que a Gussil obrou com má-fé”.

GASOLINA

A empresa abasteceu os seus veículos particulares com dinheiro público. O relatório relata um depoimento: “Os relatórios apontavam com maior frequência o descaso do Daer no acompanhamento da execução do contrato da Gussil; que o ‘troco’ era obtido pelo motorista da Gussil, com veículo da empresa”.

JUAN BARBOSA, BD, 04/01/2011



Teria havido três irregularidades no contrato da Engebrás: direcionamento de licitação, uso de equipamento antigo e desrespeito por parte do Daer a recomendações para nova licitação.

EQUIPAMENTO ANTIGO

Em relação ao uso de equipamentos antigos, a comissão destacou que servidores foram omissos: “o que restou evidenciado das provas coligidas foi a adoção de medidas que acabavam por defender a pessoa dos gestores, bem como a empresa contratada, em detrimento dos interesses maiores da autarquia.”

FALTA DE ESTUDOS

Estudos técnicos sempre foram necessários para definir a instalação de pardais, mas o Daer emitiu decisão normativa em “desconformidade” com a norma federal. Permitiu que a decisão sobre a colocação dos equipamentos ficasse nas mãos de servidores, o que teria acarretado em colocação “indiscriminada”.